

Universidades Lusíada

Dias, Mário Caldeira, 1951-

As 10 razões que explicam a existência e o desenvolvimento da Economia Social (ES)

<http://hdl.handle.net/11067/4577>

<https://doi.org/10.34628/s26n-xr98>

Metadados

Data de Publicação

2018

Resumo

Este texto tem uma motivação pedagógica e científica. A literatura sobre a Economia Social é ainda bastante dispersa e sobre um conceito susceptível de várias abordagens diferentes. As razões que justificam a existência da Economia Social podem ser mais antigas ou modernas, mais estruturais ou circunstanciais. A sua junção permite aos estudantes e ao público em geral uma visão completa, sistematizada e detalhada da evolução da Economia Social e inseri-la nas motivações sociais que a impulsionara...

This text has a pedagogical and scientific purpose. The literature about Social Economy is very scattered and about a concept which allows different approaches. The reasons that justify the existence and the development of Social Economy could be old or recent, structural or incidental. When together, allows to the students, to the public opinion and also to the Social Economy agents a complete and detailed overview and including it in the relevant social motivations. The Social Economy agents u...

Palavras Chave

Economia - Aspectos sociológicos, Portugal - Condições sociais, Portugal - Condições económicas

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 25 (2018)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:26:29Z com informação proveniente do Repositório

**AS 10 RAZÕES QUE EXPLICAM A EXISTÊNCIA E O
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOCIAL (ES)**

Mário Caldeira Dias

Resumo: Este texto tem uma motivação pedagógica e científica. A literatura sobre a Economia Social é ainda bastante dispersa e sobre um conceito susceptível de várias abordagens diferentes.

As razões que justificam a existência da Economia Social podem ser mais antigas ou modernas, mais estruturais ou circunstanciais.

A sua junção permite aos estudantes e ao público em geral uma visão completa, sistematizada e detalhada da evolução da Economia Social e inseri-la nas motivações sociais que a impulsionaram.

Os próprios agentes da Economia Social envolvidos no seu quotidiano passam a ter um quadro de referência para a sua actuação e para os valores que a enquadram.

Palavras-chave: Problemas sociais, Portugal – Condições económicas, Portugal – Condições sociais.

Abstract: This text has a pedagogical and scientific purpose. The literature about Social Economy is very scattered and about a concept which allows different approaches. The reasons that justify the existence and the development of Social Economy could be old or recent, structural or incidental.

When together, allows to the students, to the public opinion and also to the Social Economy agents a complete and detailed overview and including it in the relevant social motivations.

The Social Economy agents understand better the global framework for his day to day action and also the underlying values that support their activity.

Keywords: Social problems, Portugal – Economic conditions, Portugal – Social conditions.

O presente texto tem um objectivo inicial de suporte didático à unidade curricular de Economia Social do 2º ano do curso de Serviço Social. Pode servir também para uma divulgação mais generalizada da evolução e da natureza de uma realidade muito relevante na sociedade e nos seus problemas mais agudos. Estas razões são, na generalidade, positivas. Os seus efeitos, por vezes, não são.

1. Os mais desfavorecidos

A justificação mais antiga que poderemos fazer recuar ao tempo de D. Dinis, D. Fernando e D. João I da 1ª e 2ª dinastias a propósito das Bolsas Marítimas destinadas a socorrer situações de naufrágios que deixavam as famílias arruinadas. A dimensão de socorro mútuo estará presente no Montepio do Celeiro de Évora e nas Confrarias baseadas na solidariedade interna às profissões.

As Misericórdias, nascidas em 1498, sob a égide da Rainha D. Leonor herdaram os “Compromissos” das Confrarias e aplicam-nos as necessidades exteriores aos próprios membros. Transformam o princípio do socorro mútuo na assistência aos mais pobres ou desvalidos em necessidades absolutamente essenciais.

Antes de 1834, data da implantação da revolução liberal, existia mesmo uma certa especialização:

- Compromissos marítimos - naufrágios
- Confrarias - guerra doença e morte
- Misericórdias - falta de assistência
- Celeiros comuns - pobreza rural

Estavam presentes os valores basilares da ES - da cooperação (convergência de esforços), da reciprocidade (ajuda mútua) e da solidariedade (apoio a quem precisa sem contrapartidas).

A lógica que sustenta este desenvolvimento são os valores e a acção concreta e de proximidade da Igreja Católica.

Após a enorme fragilização provocada pela acção da revolução liberal e de Mouzinho da Silveira, a acção social católica viria a recuperar estando presente e activa, de forma directa ou indirecta, em instituições como as Misericórdias, as IPSS reunidas em torno da CNIS (Confederação Nacional das Instituições Sociais), na Cáritas, nos Centros Paroquiais, entre outras. Em sectores como o

ensino, a 3ª idade, a saúde e em todas as dimensões da pobreza e da exclusão.

2. Formas alternativas de estar na economia

O apogeu da Revolução Industrial que evoluiu ao longo dos séculos XVIII e XIX veio contrariar os pressupostos dos economistas clássicos que viam no funcionamento do mercado os equilíbrios económicos e sociais. Alguns como Adam Smith, John Stuart Mill e Walras falavam mesmo da ética dos negócios e da problemática da repartição da riqueza social.

Aliás, a expressão Economia Social é intitulada, pela primeira vez, por um economista liberal francês, Charles Dunoyer, no seu “Tratado da Economia Social” de 1830.

A realidade revelava uma exploração humana devastadora.

O surgimento das ideias socializantes como o marxismo, o anarco-sindicalismo e outras como socialistas utópicos, social cristãos católicos ou protestantes, economistas clássicos e liberais, estabeleceu as bases para uma actividade “empresarial” alternativa ao capitalismo assente nas mutualidades e cooperativas que visavam a produção de bens destinados à satisfação das necessidades económicas dos seus membros, embora com uma perspectiva que incluía os valores sociais da solidariedade, cooperação e reciprocidade.

Nesta nova visão pontificava o movimento cooperativo. Na Inglaterra ao forte movimento cooperativo junta-se o movimento sindical – 8 congressos entre 1831 e 1835. 28 operários discípulos de Owen em 1844 deram origem à cooperativa de Rochdale (William King).

Em Espanha e na Alemanha a orientação cooperativa aparece ligada ao sindicalismo da indústria têxtil.

Em França, na sequência da experiência inglesa, a expansão das “associações operárias de produção” dá-se a partir de 1834. O movimento operário nasce do cruzamento da experimentação social e das doutrinas socialistas. O movimento associativo, sempre presente, permite a Charles Fourier falar da auto-organização da sociedade através das associações e mutualidades o que marcará de forma profunda a sociedade portuguesa do final do se. XIX.

A ACI – Aliança Cooperativa Internacional, criada em 1895, que diz abranger 12% da população mundial em 3 milhões de cooperativas, define as características e actividades do movimento cooperativo universal.

Em Portugal, António Sérgio sintetiza as perspectivas de vários outros autores relacionados com o tema:

- o federalismo dos consumidores;
- a federação das cooperativas de consumo;
- um Congresso Económico e uma Assembleia de consumidores e outra de

trabalhadores enquanto base do auto governo do país;

- a reforma das mentalidades;
- a auto gestão cooperativa, de livre adesão e democrática, aforro orientado para o serviço colectivo e independência;
- a educação permanente.

A transformação da sociedade de forma reformista e não violenta marca a diferença com o marxismo. A transformação na perspectiva do homem novo opera-se através de educação permanente, o que ainda ecoa nas social democracias actuais, enquanto transformador das mentalidades, da economia e da sociedade.

3. As despesas sociais do Estado Providência (EP)

As economias ocidentais de mercado confrontadas com a ascensão do comunismo e baseadas nas ideias social democratas e suportadas pelas propostas dos sistemas universais de segurança social contidas no Report on Social Insurance and Allied Services, conhecido como Plano Beveridge (1942) e pela base teórica de Thomas Stanley Marshall – Citizenship and Social Class (1949) favoreceram o nascimento dos Estados Sociais ou Welfare States que poderiam, no seu conjunto, constituir um Modelo Social Europeu (MSE).

Caracteriza-se, na sua essência, pela atribuição de direitos sociais ou de cidadania, enquanto direitos de 2ª ordem, na medida em que, ao contrário dos direitos jurídicos ou políticos, não são incontornáveis e dependem dos recursos existentes. Não há direitos adquiridos. Estão submetidos à relação entre recursos utilizados e recursos disponíveis, a não ser que se recorra a um processo de endividamento – que foi o que aconteceu. Os direitos dependem da prosperidade económica, da competitividade, da taxa de crescimento do produto, do nível de desemprego. Os seus inimigos mortais são o desemprego e a anemia económica.

O que está na essência do EP é a libertação dos trabalhadores das 3 grandes contingências que o mercado lhe impõe e que colocam em causa a sua subsistência – a velhice, a doença e o desemprego.

Em Portugal, o peso das despesas sociais já ultrapassa os 25%. Na França e nos países nórdicos ultrapassa os 30%. Nos países anglo saxónicos é tradicionalmente menos. Só na Segurança Social, segundo informações recolhidas directamente, as despesas com os protocolos para a acção social da ES é de cerca de 1.300 milhões de euros. Existem outras áreas como a educação, saúde...

Quer o Estado Providência Mediterrânico, quer o Português têm, de facto, especificidades como seja o peso das pensões no orçamento da Segurança Social. Contudo, as verbas envolvidas permitem associar a actividade complementar das instituições da ES com um peso financeiro considerável.

4. O papel das famílias

No Censo de 2011 o nº de famílias em Portugal era de 4.043.726 para 10.436.726 habitantes tornando, óbvia a reduzida dimensão média da família.

Em 1917, as famílias unipessoais eram 906.800 e as monoparentais 439.787. Em termos de fluxos relevantes os 33.634 casamentos foram acompanhados por 21.577 divórcios.

As mudanças na estrutura familiar, foram acompanhadas por uma participação acrescida no mercado de trabalho. Em 2016, enquanto a taxa de actividade dos homens era um pouco superior à média europeia (63,9 para 63,4), no caso das mulheres a taxa de actividade era claramente superior à média europeia (53,5 para 50,7). Nas várias causas que impelem para uma maior participação no mercado de trabalho poderá, certamente, figurar o nível salarial não suficientemente elevado para satisfazer todas as necessidades familiares mais importantes.

Dito de outro modo, têm vindo a diminuir as condições familiares quotidianas para o acolhimento permanente de crianças e idosos.

É fácil verificar a penetração das instituições da ES nos lares da 3ª idade e nas creches e no pré-escolar e incluindo o chamado ATL que se encontra também presente no ensino básico obrigatório.

Habitualmente, a instauração de regimes de pensões de velhice, são acompanhadas pela quebra da natalidade e pela possibilidade/rendimento de institucionalização dos idosos e das crianças.

A ES tem um papel relevante na substituição das famílias nas áreas com que vão lidando menos, devido às transformações que elas próprias sofreram para se adaptarem a novas condicionantes adversas.

5. A tese da confiança

A preferência que muitos “consumidores” revelada por instituições da ES pode explicar-se pela confiança que essas organizações suscitam. Todas as instituições e nomeadamente as de inspiração religiosa ou cristã fazem parte das organizações Weberianas que se organizam em função de valores onde poderemos incluir os valores sociais.

Segundo alguns estudos, existem cerca de 300.000 pessoas que participam na sua actividade através de várias formas de voluntariado.

Ora o objectivo legítimo das organizações privadas, no âmbito das suas funções sociais, continua a ser o lucro e organizam-se em torno de objectivos nos quais o lucro tem um papel catalisador, embora se reconheça a forte regulamentação deste sector de actividade.

É natural que se tenha mais confiança em organizações com valores associados a uma missão a cumprir do foro espiritual, religioso ou simplesmente humanitário.

6. As falhas de mercado

O mercado não produz bens públicos nem seria necessário para a questão em apreço. Os bens públicos, de acordo com os critérios da não exclusão e não rivalidade são financiados por impostos na medida em que a sua cobrança coloca questões técnica normalmente impossíveis de concretizar. Têm uma absorção ou utilização colectiva e não individualizada.

Contudo, os bens e serviços produzidos pela ES poderiam ser bens públicos no sentido que contribuem para o bem-estar colectivo. Não são apenas bens de clube, como os das mutualidades e cooperativas, porque servem terceiros exteriores à organização.

Poderíamos considera-los bens orientados para o bem-estar colectivo ou público, com absorção individual, com exclusão (eventualmente moderada) se houver lugar a pagamento e com rivalidade a partir do ponto de congestionamento.

A informação é assimétrica e obriga a custos que podem ser aliviados pela tese da confiança deixando a selecção ao critério das garantias fornecidas pelo prestígio das organizações.

Ao contrário do que afirmavam os economistas clássicos, o mercado não informa, regula e equilibra, mas provoca desequilíbrios como a instabilidade (inflação e desemprego) e a desigualdade. Estes desequilíbrios não são autorregulados e podem perdurar no tempo e agravar-se. Claro que o Estado tem políticas compensatórias e a ES está presente em todo o ciclo dos problemas e da intervenção do Estado.

As externalidades negativas podem ter repercussões e envolver organizações da ES (bombeiros voluntários, p. ex.).

7. As falhas do Estado

O Estado, por si só, deixa muitos problemas sociais por resolver de forma total ou parcial. O Estado tem uma vocação grossista porque lida com problemas semelhantes de grandes grupos populacionais. Quando as necessidades são muito específicas, exigem cuidados muito específicos e técnicas de abordagem muito adaptadas às características de cada público alvo – idosos e crianças dependentes, deficientes de acordo com vários tipos de deficiência, ex – reclusos, imigrantes legais ou ilegais, excluídos, trabalhadores pobres, desempregados

de muito longa duração, eventualmente qualificados, agricultores vítimas de catástrofes, sem abrigo...

A ES desempenha aqui um papel complementar muito importante na perspectiva destes grupos. Não só por dificuldades operacionais mas também por dificuldades orçamentais o Estado tem vindo a demonstrar uma incapacidade crescente em acorrer às várias necessidades que se esperam ver satisfeitas pelo Estado nas áreas da educação, saúde, habitação, emprego....

A teoria dos stakeholders pode, também, ser encarada neste ponto, na medida em que a associação entre as pessoas para resolverem colectivamente os seus problemas, que de outro modo não o seriam, resulta da compreensão de que a uma grande diversidade de necessidades tem que corresponder uma diversidade de ofertas

8. Controlo social

Os doutrinadores das teorias cooperativas e anarcossindicalistas podem achar que o papel da economia social pode a jusante contribuir para a qualificação e elevação do estatuto dos trabalhadores através da educação, formação, pagamento de estudos. Tais práticas foram, aliás, levadas a cabo pelos cooperativistas que fundaram escolas com este propósito (a *Voz do Operário*, p. ex.), patrocinando uma revolução pacífica pela transformação das mentalidades.

Contudo, a sociologia de orientação marxista, quando focada a jusante da economia social, aponta como efeito que a ES serviria de tampão ou de suavização dos conflitos e tensões sociais e, desse modo, evitaria formas mais violentas de contestação.

A tentativa de emulação com os regimes comunistas pode ter levado a este efeito na medida em que procurava mostrar um sistema capitalista gerador de um maior bem-estar do que o regime comunista, estancando veleidades conspirativas e mais violentas.

9. Viabilização de formas de auto-organização

É na ES que estão criadas as condições para que os cidadãos se auto-organizem para satisfazer necessidades que de outra forma o não seriam. Normalmente produzem bens ou serviços de clube, ou seja, só para os membros. Estão dentro deste âmbito, as associações, as mutualidades e as cooperativas de produção e de consumo – habitação, olivicultura, lacticínios, consumo, prestação de serviços, clubes culturais e recreativos e associações de diversa índole....

Algumas destas organizações como as misericórdias, algumas mutualidades e organizações como os sindicatos ou associações empresarias estão também ao serviço de pessoas que vão para além dos seus membros. Outras nasceram já com esse espírito – bombeiros voluntários, organizações cívicas e da defesa de direitos.

Constituem, no seu todo, a força da sociedade civil para resolver os seus próprios problemas.

10. Recolha de donativos e isenções fiscais

Está aqui presente a visão anglo saxónica que não reconhece a ES tal como nós a reconhecemos, e fala antes nas NPO – Non Profit Organizations.

A postura é menos panegírica, identificando desvantagens da ES mais fortes do que as vantagens – concorrência desleal, evasão fiscal, benefício de interesses privados.

Acresce que o Estado não tem uma política global para o sector, ao mesmo tempo que constituem uma realidade difusa mal captada pelos sistemas estatísticos.

A este propósito, poderemos tentar identificar algumas das falhas da ES:

- Transformação de excedentes em custos porventura benéficos para os dirigentes e outros membros das organizações da ES (salários e regalias diversas);
- Grau de autonomia reduzido na medida em que o Estado financia, pelo menos, 50% da sua actividade.
- Graus baixos ou nulos de democracia interna, em algumas organizações.
- Pouca atenção à importância da gestão/eficiência.
- A menor consciência de que a sua particular responsabilidade se alarga dos dirigentes, aos trabalhadores assalariados, aos utentes e à sociedade – O conjunto dos stakeholders.

Conclusão – Consideramos os 3 primeiros como os mais importantes relativamente ao objectivo deste texto. A perspectiva menos elogiosa também está presente. É natural que algumas das determinantes tenham zonas de sobreposição. No seu conjunto incluem-se, certamente, as mais relevantes.

Deixa-se a proposta de uma nova linha de investigação, que já iniciei com um artigo recente, sobre a relação sistémica entre a sustentabilidade social e a sustentabilidade da ES.

Bibliografia consultada

- <https://josemanuelfernandes.eu/pages/economia-social-em-portugal>.
- NAMORADO, R. (2017)- O que é a Economia Social? – artigo publicado pela CECEs.
- NAMORADO R. (2014) - A Economia Social em Acção – Ed. Almedina
- Esping-Andersen Gosta (1998) - The Three Worlds of Welfare Capitalism, Polity Press.
- Le Grand, J.C. Propper, R. Robison (1992) - The economics of social problems, Macmillan (3rd edition).
- Espada, J. Carlos, (1994) - Direitos Sociais de Cidadania, Lisboa - INCM,
- L'Économie Social dans l'Union Européenne (2006)- Comité Economique et Social Européen.
- SILVA, Pedro Adão e, (1997) - O Estado Providência: O Modelo Político do Estado Moderno in Finisterra n° 24/25, (pp 37-59).
- DIAS, Mário C. (2010) - A Economia Social e o Estado Providência - Texto Didáctico.
- Vários autores(2000) - As Empresas e Organizações do 3º Sistema – Ed. INSCOOP – Lisboa.
- WEISBROAD, Burton A., (1988) - Non profit economy, London, Harvard University Press.
- COSTA, F. Ferreira da (1994).; Contributo Português na Ideação de uma Economia Social – Ed. INSCOOP – Lisboa.
- INE – Censos e Inquérito Trimestral ao Emprego Sínteses PORDATA.